

# Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO SÉCULO XXI: entre a formação dos Intelectuais Orgânicos e a difusão da ideologia do desenvolvimento sustentável</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Rodrigo de A. C. Lamosa	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Professor Adjunto
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificar os representantes dos segmentos produtivos que compõem o “agronegócio” no Brasil. A pesquisa identificou que a ABAG forma, por um lado, seus dirigentes, a partir de programas de pós-graduação, como o PENSA na Universidade de São Paulo ou o FGV-Agro, e, por outro lado, forma seus intelectuais de “baixa patente”, composta pelos profissionais da Educação Básica que atuam espontaneamente no Programa Educacional Agronegócio na Escola, desenvolvido nos últimas duas décadas, em escolas públicas de dezenas de Redes de ensino. O artigo conclui que a ABAG atuou como um “Partido”, no sentido “gramasciano”, formando um braço pedagógico, responsável por formar seus intelectuais orgânicos, difundir seus interesses e valorizar a imagem do “agronegócio” no país, forjando a consciência política de sua classe social.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Associação Brasileira do Agronegócio – Intelectual Orgânico – Escola Pública			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Brasilian Association of agribusiness (ABAG) was founded in 1993, in an event at the National Congress, with the goal of uniting the representatives of the productive segments that make up the "agribusiness" in Brazil. The research identified that the ABAG form, on the one hand, its leaders, from graduate programs, how to think at the University of São Paulo or FGV-Agro, and, on the other hand, shape their intellectuals of "low-ranking", composed by basic education professionals who act spontaneously in Agribusiness education program in school, developed in the last two decades, in dozens of public schools teaching Networks. The article concludes that the ABAG served as a "party", direction "gramasciano", forming an educational arm, responsible for forming their organic intellectuals, spread their interests and enhance the image of the "agribusiness" in the country, forging the political awareness of their social class.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Brazilian Association of agribusiness-organic intellectual – public school			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, Classe, Luta de Classes			

**Educação Rural, Classes Dominantes e Desmobilização dos Movimentos Sociais no Campo:  
Ontem e Hoje**

**A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO SÉCULO XXI: entre a formação dos  
Intelectuais Orgânicos e a difusão da ideologia do desenvolvimento sustentável**

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificar os representantes dos segmentos produtivos que compõem o “agronegócio” brasileiro, em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar seus intelectuais orgânicos, difundir seus interesses e valorizar a imagem do “agronegócio” no país, atuando como um “partido”, no sentido gramsciano (GRAMSCI, 2011), forjando a consciência política de sua classe social.

O “agronegócio” é defendido pela ABAG enquanto sistema mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como “arcaicas” e de baixa capacidade tecnológica (LOUREIRO, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (ALIER, 2009), se constitui em um eixo discurso poderoso do “agronegócio” brasileiro.

Na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável a ABAG desenvolveu o Programa Educacional Agronegócio na Escola, um programa de educação ambiental que garante às Secretarias de Educação elementos indispensáveis à qualidade da escola pública: formação de professores, material didático e projetos educacionais, tendo como contrapartida a autorização para realizar a ação cujo principal objetivo declarado pelos proponentes é valorizar a imagem do “agronegócio”. Entretanto, ao fecharem acordo com a associação empresarial, as Secretarias de educação permitem a inserção de um programa organizado por uma entidade privada que retira a possibilidade de existência da autonomia e do caráter público da escola. O ensino passa a ser mediado por interesses privados e a ideologia do desenvolvimento sustentável capitalista é reproduzida como única opção (FOLADORI, 2001), sem mediações críticas e historicidade na

análise do modo de produção e suas implicações sobre o mundo do trabalho e o metabolismo sociedade-natureza.

### **O contexto de criação da ABAG**

A ABAG surgiu como uma organização de tipo novo, reunindo representantes de diversas frações da classe dominante no Brasil. O objetivo do “partido do agronegócio” foi formular e mobilizar, difundindo os interesses do conjunto das frações agrárias mais modernas do Brasil, além da unidade entre estas e outras frações da classe dominante, no interior da sociedade civil. A ABAG está longe de ser apenas uma organização dos proprietários rurais. Desde sempre, seu objetivo foi aproximar a organização de grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, membros das frações industriais e, principalmente, financeiras. Assim, a ABAG reuniu as características necessárias para ser a precursora de um movimento de reorganização do padrão de sociabilidade da classe dominante no Brasil. A sociabilidade corresponde à forma com que as classes sociais produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, segundo Martins (2009), “sob mediação das bases concretas da produção, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presentes num certo contexto.” (Idem, Ibidem, p. 11).

A reorganização do padrão de sociabilidade do patronato rural ocorreu desencadeada por uma crise da representação, iniciada a partir das transformações surgidas do processo de modernização da agricultura brasileira. Esta modernização não operou mudanças apenas na base técnica da produção agrícola. Segundo Mendonça (2010), dois desdobramentos “não-econômicos” resultaram da modernização da agricultura brasileira: “a emergência de novas posições sociais” e a “redefinição dos papéis desempenhados pelo Estado em sentido estrito”. (Idem, Ibidem, p.26) No processo de modernização da agricultura brasileira o divórcio entre a agricultura, indústria e bancos, foi superado na esfera produtiva (MULLER, 1981). Em termos políticos, no entanto, o divórcio só seria superado na década de 1990, quando a ABAG conseguiu reunir todas as frações que “direta ou indiretamente encontram-se envolvidos com a atividade agrícola e agroindustrial.” (BRUNO, 1998:36).

A modernização da agricultura brasileira, ocorrida destacadamente na década de 1970, acirrou entre o patronato rural, as disputas pela hegemonia da fração agrária. A disputa pelo monopólio legítimo da fração agrária da classe dominante, tanto na sociedade civil, quanto no interior do estado estrito, antagonizou duas entidades patronais durante todo o século XX: a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) (MENDONÇA, 1997). A concorrência entre as representações patronais agrárias aumentou na medida em que a modernização da agricultura foi responsável por uma ampla diferenciação de interesses entre as frações da classe dominante no campo. Segundo Mendonça (2010), os efeitos da

crise econômica da década de 1970 e, sobretudo, a escassez de recursos públicos para o financiamento da agricultura na década de 1980, aprofundaram a crise de representação patronal. Da mesma forma que a modernização especializou a agricultura, produziu uma enorme variedade de representações e interesses divergentes nas disputas pelo financiamento público. A diminuição dos recursos do Estado, escasseados pela crise, agravou ainda mais as diferenças entre as frações da classe dominante, com reflexos para a representação patronal. O patronato rural só conseguiu definir uma direção política de tipo partidária, no sentido de difundir a consciência de classe e organizar as diferentes frações da agricultura brasileira em torno de um mesmo projeto de poder, na década de 1990, com a criação da ABAG.

A ABAG reuniu entre suas associadas indústrias à montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontra-se entre seus principais associados os representantes de cooperativas, como a Batavo, Cotia, Mococa, Carol, Holambra, Cooxupe, Copersucar e Fecotrigo. Do setor ligado ao comércio estão a CPM Comércio Exterior Ltda., Agroceres S.A., Eximcoop, Cotia Trading Comércio, Exportação e Importação, Comercial Quintela e Casas Sendas. Entre as indústrias estão a Monsanto, VALE, Gerdau, Fertibras, Iochpe-Maxion, ICI do Brasil e Copas. Entre as empresas agroindustriais estão presentes a Sadia, Nestlé, Cambuhy, Suprarroz e Sanbra. Entre os bancos estão o Itaú, Santander, Banco Noroeste, e o Credit Lyonnais, além dos bancos públicos (ABAG, 2002).

A ABAG, respaldada pelo conjunto de seus associados, reivindica o papel de representante das diversas frações da classe dominante que são responsáveis, segundo o site oficial da ABAG, por cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa interno, 40% de toda a força de trabalho do país e 70% do consumo das famílias brasileiras. Respalda-se por estes números a proposta da ABAG é ter o reconhecimento deste peso na política, tendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do estado estrito. (ABAG, 2008) Esta estratégia foi desenvolvida ao longo dos últimos vinte anos tendo a sociedade civil como esfera fundamental.

A ABAG formou historicamente seus intelectuais orgânicos a partir da relação que mantém com o meio acadêmico e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Estes intelectuais formados nestes aparelhos privados de hegemonia compõem a camada de intelectuais orgânicos dirigentes, ou seja aqueles que formam a consciência e a direção política de sua classe. Nesta primeira parte do capítulo será concentrada a análise sobre esta camada dirigente e seu papel na elaboração da imagem do agronegócio responsável social e ambiental. Na segunda parte, a investigação se concentrou nas escolas públicas, a partir do programa de educação ambiental “Agronegócio na Escola” que produz um discurso sobre a sustentabilidade compatível com os interesses da ABAG em projetar uma nova imagem a partir do agronegócio, e o papel dos

professores que participam da iniciativa da associação assumindo o papel de intelectuais orgânicos de baixa patente.

### **Os intelectuais orgânicos do agronegócio**

Os intelectuais orgânicos vêm cumprindo, ao longo da história da luta de classe, a fundamental tarefa de organizar a direção política de suas respectivas frações (agrária, industrial, comercial, bancária) ou conjunto de frações, sendo elementos fundamentais, tanto na produção, quanto na reprodução de sua existência. A organização e atuação destes intelectuais na sociedade civil pode se desenvolver a partir de diferentes formas de organização que historicamente podem assumir o papel de partidos em um sentido ampliado do termo: jornais, rádios, centros de pesquisa universitários, institutos e etc. Estes partidos e intelectuais são os responsáveis pela atuação em espaços que podem ser públicos e privados, onde têm como principal tarefa tornar interesses particulares em políticas públicas.

A ABAG segue uma tradição de aliança entre a burguesia agroindustrial com os meios acadêmicos, originada na Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ). A formação dos intelectuais orgânicos é fundamental, não apenas para fornecer a classe seus técnicos, mas porque cada um dos centros responsáveis por esta tarefa produz uma enorme quantidade de pesquisas e publicações.

A ABAG se notabiliza atualmente na difusão da ideologia do agronegócio, seguindo uma trajetória iniciada ainda na década de 1970, quando seu fundador Ney Bittencourt de Araújo, então, presidente do grupo Agrocerec e diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), frequentou os seminários do Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios da Harvard Business School (HBS). Nestes seminários Bittencourt conheceu o conceito Agribusiness, elaborado por Ray Goldberg, coordenador do programa, em 1957. O conceito de ideologia contribuiu nesta Tese para compreender o movimento realizado pela ABAG na conquista da hegemonia, tanto no interior da classe dominante, quanto em relação à classe dos trabalhadores. Entendendo a própria formulação “Agronegócio”, enquanto produto ideológico das frações da classe dominante agroindustrial, neste capítulo o termo encontra-se entre aspas..

A hegemonia de qualquer classe, segundo Gramsci, exige das frações dominantes que, por um lado, organizem seus intelectuais orgânicos, e, de outro lado, assimilem novas camadas de intelectuais orgânicos. A pesquisa que resulta neste capítulo identificou que a ABAG, no caso, assimila novos intelectuais a partir da relação que mantém com o meio acadêmico, onde forma seus dirigentes, e através de seu Programa Educacional Agronegócio na Escola, onde forma as camadas de baixa patente de intelectuais orgânicos.

Em sua criação, a ABAG se definiu como “a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns.” (ABAG, 1993, p.18). A função assumida pela ABAG, no entanto, só poderia ter sucesso mediante a organização de uma poderosa capacidade dirigente. Neste sentido foi necessária a formação dos intelectuais orgânicos responsáveis por dar vida às estratégias de hegemonia e, por fim, representar a articulação campo-cidade no interior da classe dominante, por intermédio da unidade entre as frações agrária, industrial e financeira do capital articulando ações no interior do Estado Ampliado, ou seja, tanto na sociedade civil, através da articulação com um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, quanto na sociedade política a partir da inserção de seus interesses junto às agências do Estado estrito. Enfim, a ABAG deveria cumprir o papel destinado a um partido, no sentido gramsciano. O partido, segundo Gramsci, exerce a função de: equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu grupo e os outros grupos, fazendo com que a hegemonia do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários. (GRAMSCI, 2011, p. 300). No caso da ABAG sua tarefa histórica foi a elevação da consciência do patronato rural ao nível ético-político, sempre em busca da hegemonia, entendendo-a como direção intelectual e moral junto aos aliados, adversários e, inclusive, sobre os inimigos políticos.

A ABAG formou, ao longo das últimas duas décadas, um braço pedagógico compreendido pelo Instituto PENSA, localizado na Universidade de São Paulo (USP), e o pelo Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), além de outros dois institutos e uma série de articulações com inúmeros “parceiros” contribuem para a difusão de uma autoimagem do agronegócio associada a responsabilidade socioambiental e a modernidade. A atuação deste braço pedagógico foi fundamental, tanto na produção de pesquisas para o agronegócio, quanto na formação dos quadros dirigentes das empresas associadas ao partido do agronegócio e da própria ABAG (MENDONÇA, 2010). As pesquisas realizadas pelas instituições que formam o braço pedagógico da ABAG servem tanto como suporte técnico-científico para seus associados, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do agronegócio. As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados.

O braço pedagógico da ABAG é fundamental na elaboração e divulgação dos interesses do partido do agronegócio, além da formação de seus intelectuais orgânicos. Segundo Gramsci, todo grupo social cria para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...)” (GRAMSCI, 2011:203). O Instituto PENSA, por exemplo, segundo Pinto (2010), conseguiu unificar, embasar e fortalecer o discurso das frações agroindustriais que criariam a

ABAG “visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da sociedade política.” (Ibidem, p. 16).

A atuação da ABAG na sociedade civil tem destaque a importância que as instituições públicas de ensino e pesquisa têm em sua estratégia de hegemonia. Neste caso, duas instituições destacam-se: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Programa de Estudos e Negócios do Sistema do Agronegócio (PENSA). Ambos são responsáveis pelas principais pesquisas no campo científico agropecuário e são relacionadas como associadas da ABAG em seu site oficial.

O projeto em curso, no início da década de 1970, que redefiniu a pesquisa agropecuária no Brasil resultou na criação da Embrapa. Este processo implicou em deslocamento na relação entre a pesquisa, produzida pela instituição pública, e o destinatário da tecnologia produzida. A presença do capital privado nos espaços de definição da pesquisa agropecuária reorientou as prioridades na produção tecnológica no país. O projeto de centralização da execução da pesquisa, conforme proposto pela comissão que resultou na assistência da USAID, rompeu com o modelo que vigorava, até então, hegemonizado pela SNA, na lógica de priorizar a assistência ao pequeno produtor e à produção local, voltada ao abastecimento do mercado interno e materializada no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBATER). A Embrapa, em seus primeiros anos, especializou-se na elaboração de pacotes tecnológicos demandados pelas frações que passaram a ter a hegemonia da pesquisa agropecuária. O projeto da Embrapa, segundo Aguiar (1986), produziu efeito inverso aquele proposto pelo SIBATER, resultando no benefício apenas as propriedades rurais com mais de cem hectares.

A disputa no interior da Embrapa entre o projeto da fração agroindustrial, pautado no fomento à exportação e à industrialização da agricultura, e outro que priorize a diversificação agrícola esteve no centro de uma disputa que revelou tensões no interior da fração agrária brasileira. A ABAG sempre se caracterizou pela ferrenha defesa do agronegócio como propulsor da economia brasileira e em relação aos interesses de suas associadas multinacionais, entre elas as empresas Monsanto e John Deere. Esta defesa, a partir, sobretudo, dos anos 1990, teve grande apoio do meio acadêmico, destacadamente, materializada no Programa de Estudos dos Negócios do Sistema do Agronegócio (PENSA).

O PENSA, desde sua criação, esteve situado fisicamente no interior da Faculdade de Economia e Administração da Universidade do Estado de São Paulo (FEA-USP) e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O financiamento de suas pesquisas, cursos e edições é realizado por meio de um conjunto de fundações que atuam no interior da USP: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade (FUNDACE) e, destacadamente, a Fundação Instituto

de Administração (FIA). Estas fundações são fundamentais para as parcerias público-privadas entre o programa, situado em uma instituição pública, e o financiamento de empresas de direito privado e entidades do agribusiness, brasileiras e estrangeiras.

O programa se dedicou desde a origem tanto a cursos regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas, incluindo várias associações e cooperativas organizadas na ABAG, como a Cooperativa Agropecuária Holambro, Cooperativa Batavo, Frunorte, Dinamilho, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária (SUDCOOP). O programa se especializou em pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos e intelectuais das empresas interessadas através de estudos de caso. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn<sup>1</sup>, visam se dedicar a “[...] situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional.” (ZYLBERSTAJN, 1993, p.23)

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação tecnológica. A produção dos intelectuais associados ao PENSA ou formado por este instituto foram responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro. Isto foi fundamental para a conjuntura de criação da ABAG. Além das pesquisas e cursos, o programa editou ao longo dos anos diversos trabalhos acadêmicos que visam produzir este discurso. Além de Décio Zylbersztajn, o programa publicou livros organizados por Elizabeth Farias, economista, professora da FEA/USP e presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Ney Bittencourt de Araújo, organizador de diversos trabalhos; Luiz Antônio Pinazza, gerente da Área de Estudos de Economia e Planejamento da “Semente Agrocere S.A.”; e Ivan Wedekin, diretor comercial da “Semente Agrocere” (Pinto, 2010).

O PENSA desde sua criação esteve situado fisicamente no interior da Universidade de São Paulo (USP) e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O programa se dedicou tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas. Em busca no site do instituto, é possível verificar que as pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos se dedicam prioritariamente aos estudos de caso, com a participação das empresas. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn, visam se dedicar a “[...] situações- problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional.” (ZYLBERSTAJN, 1993, p.23).

---

<sup>1</sup> Décio Zylbersztajn é engenheiro agrônomo, professor titular do departamento de administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), coordenador-geral e um dos fundadores do PENSA.



A ABAG difunde o agronegócio a partir do binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade deve ser garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial, destacando-se as fronteiras comerciais já estabelecidas e outras a serem conquistadas. Para organizar esta estratégia, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), responsável por emitir relatórios e análises sobre as condições econômicas e políticas do comércio internacional. A segurança alimentar foi o tema difundido, internacionalmente, pelos intelectuais coletivos do capital organizados (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO) e, nacionalmente, pela ABAG.

A ABAG, respaldando-se como defensora dos interesses públicos, destacado pelo binômio da competitividade e da segurança alimentar, buscou ocupar as principais agências de seus interesses, em cargos na administração estadual e federal, em secretarias, ministérios, conselhos, câmaras, comissões e comitês. A atuação da associação foi fundamental para a organização e difusão da nova imagem do patronato rural que passou a se autodenominar como agronegócio. As classes sociais produzem e reproduzem ao longo da história as condições objetivas e subjetivas de sua existência, ou seja, adequam sua sociabilidade a situação histórica. Na atual fase do capitalismo, estas condições foram substancialmente modificadas, refletindo em um novo padrão de sociabilidade e em novos preceitos de participação, cidadania e organização do patronato rural. Foi neste contexto em que a escola pública, em geral, e a educação ambiental, em particular, foram inseridas no projeto da ABAG no contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

### **Sustentabilidade e a hegemonia do agronegócio**

A ABAG criou em Ribeirão Preto sua entidade “co-irmã”, denominada ABAG-RP, em 2001, com a missão de valorizar a imagem do agronegócio junto ao Estado Ampliado, tanto na sociedade civil, onde opera programas e projetos, quanto na sociedade política, junto ao estado estrito na macrorregião de Ribeirão Preto. A ABAG/RP resultou da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região, que se uniram para realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. No site oficial da associação o projeto político é justificado da seguinte forma: “em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro”. Enfim, mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio na principal região do agronegócio brasileiro foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de criação da Associação:

“Criada com a forte missão de revelar para a sociedade, e para os poderes constituídos, a real dimensão e a importância do agronegócio, a ABAG/RP é resultado da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região de Ribeirão Preto, modernos e progressistas, que tiveram a visão de realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. Em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro. Mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de abertura da Associação em 8 de dezembro de 2000. Os passos seguidos tiveram na comunicação, com programas de longo alcance, seu maior aliado. O intuito era o de atuar em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental, e estar o mais perto possível da sociedade, para ouvir seus anseios ao mesmo tempo em que era revelado a ela o agronegócio em toda sua abrangência.” (<http://www.abagrp.org.br/index.php> Acesso em 23.04.2013)

Associação teve sua origem (2001) na mobilização do grupo Imagem, formado por usineiros da região de Ribeirão Preto. Neste ano, este grupo que estava interessado em ampliar suas atividades de valorização institucional, unificou com representantes de outras cadeias produtivas, propondo a organização do Consórcio Paulista do Agronegócio. Neste contexto, Paulo de Araújo Rodrigues, empresário do setor e que fazia parte deste grupo, organizou uma série de encontros entre o grupo Imagem e o presidente da ABAG, não por acaso seu pai, Roberto Rodrigues. Destes encontros foi formalizada a intenção de criar uma ABAG regional, situada na capital do agronegócio, fortalecendo o movimento associativo nascido na década anterior.

A ABAG-RP, embora seja uma extensão da ABAG nacional, possui um corpo administrativo próprio. Paulo Rodrigues se mantém como conselheiro da ABAG-RP, ao mesmo tempo em que acumula o mesmo cargo na Associação dos Fornecedores de Cana (SOCICANA), sendo um dos principais intelectuais orgânicos da regional da ABAG. Paulo se formou na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), fez especialização na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Em 2007, a revista da Coplana, importante cooperativa associada da regional da ABAG, divulgou a condecoração recebida pelo empresário na câmara municipal de Guariba/SP, pela atuação destacada no setor agrícola e ações de responsabilidade social coordenadas por suas empresas:

“O título foi concedido através do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2007, de autoria dos vereadores Cássio Aparecido Pereira e Roberto Carósio e aprovado pelos demais vereadores. A condecoração se deve à atuação de Paulo no setor agrícola e também pelas ações de responsabilidade social que as empresas que coordena vêm desenvolvendo em benefício dos funcionários, muitos dos quais munícipes de Guariba.”

(<http://www.coplana.com/gxpfiles/ws001/design/RevistaCoplana/2007/Setembro/ag15.pdf> Acesso em 20.03.2013)

A ABAG-RP já acumula a inserção de intelectuais no interior da sociedade política, através da indicação da Secretária Geral da ABAG-RP, Mônica Bergamaschi, ex-aluna de Roberto

Rodrigues, a secretária de agricultura do estado de São Paulo. Mônica ocupou, além do cargo mais importante na regional, diversos cargos de direção na ABAG nacional, começando pela direção do Instituto de Estudos do Agribusiness (1996-1999), do ARES e da própria ABAG, além de ter sido membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em maio de 2011, quando o governador Geraldo Alckmin/PSDB divulgou a indicação de Mônica Bergamaschi como a nova secretária de agricultura, o jornal O Estado de São Paulo, através de seu blog, anunciou desta maneira a intelectual orgânica do agronegócio:

“Agrônoma, formada pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Jaboticabal (SP), Mônica comanda a Abag-RP há uma década e é considerada uma das principais lideranças do setor no País. Ela é também executiva da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e foi uma das principais articuladoras, recentemente, das reivindicações do setor privado referentes às mudanças do Código Florestal Brasileiro.”

(<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2011/05/23/alckmin-escolhe-monika-bergamaschi-para-comandar-secretaria-de-agricultura/> Acesso em 17.09.2012)

As principais estratégias utilizadas pela ABAG-RP se concentram na área da comunicação, utilizando os meios midiáticos e a escola pública como principais instrumentos de difusão da nova imagem do agronegócio brasileiro. O intuito da associação é divulgar sua atuação e preocupações em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental. Os resultados deste trabalho são avaliados pela ABAG-RP através de pesquisas que objetivam identificar as mudanças da imagem do setor na opinião pública.

Em 2001, em pesquisa realizada pela ABAG, foi identificado que a imagem do agronegócio estava vinculada ao trabalho escravo e à destruição ambiental. Foi a partir daí que a ABAG-RP elaborou o Programa Educacional Agronegócio na Escola. No primeiro ano o programa funcionou a partir de um projeto piloto em Jaboticabal-SP, nas escolas da Rede estadual de ensino com alunos do Ensino Médio.

Entre 2002 e 2008, o Programa Educacional Agronegócio na Escola foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes as dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG, aos estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.” (site oficial da ABAG)

Em 2008, o Programa sofreu ajustes decorrentes de novas diretrizes da Secretaria Estadual da Educação. Em virtude das mudanças, vinte e nove escolas, de seis Diretorias de Ensino, participaram do Programa. Ao todo, próximo de 4.800 alunos realizaram cerca de noventa visitas de campo às propriedades de associados da ABAG. No ano seguinte, em 2009, o programa sofreu nova alteração, passando a ser destinado a jovens do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. A ABAG,

então, firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação do estado de São Paulo, sendo Ribeirão Preto a primeira a assinar o convênio. Segundo o site da associação, participaram do projeto cerca de 5.300 alunos de vinte e cinco escolas do município em 2009. O programa se expandiu ao longo dos anos e, em 2013, já esteve presente em trinta e dois municípios. Nos mais de dez anos de história do programa, mais de 110 mil alunos foram educados pelo agronegócio.

O agronegócio é defendido nos materiais distribuídos aos alunos enquanto sistema mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido da modernização posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como “arcaicas” e de baixa capacidade tecnológica.

A assimilação da escola pública e seus intelectuais ao projeto de hegemonia de uma determinada fração da classe dominante retira desta escola seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados. Assim, não é a comunidade escolar que produz seu projeto político pedagógico e seus mecanismos internos de discussão do planejamento escolar e curricular, mas certos interesses passam a mediar escolhas, a partir de então determinadas por benefícios materiais (material didático de qualidade, oferta de cursos, de complementação de renda etc.) e convencimentos ideológicos que são inerentes à entrada de projetos de educação ambiental privados no espaço escolar público (LAMOSA, 2010). A escola “desinteressada” (GRAMSCI, 2011), aquela em que a formação dos jovens não se dá mediada por interesses privados, exige o caráter público que é antagônico ao processo de privatização exercido por programas como o Agronegócio na escola.

A investigação documental sobre o programa identificou que o objetivo de valorizar a imagem do agronegócio brasileiro através da escola pública vem atingindo seus resultados. A assimilação dos profissionais da educação e a “conscientização” das crianças vêm ocorrendo por meio da formação continuada dos professores e de uma política de concursos e premiação. O “prêmio professor” avalia aqueles profissionais em seu processo de formação, que envolve palestras e visitas as unidades produtivas das empresas associadas da ABAG, e os projetos desenvolvidos nas escolas. Os professores vencedores ganham computadores e um passeio na feira Agrishow, organizada pela ABAG em Ribeirão Preto. Em 2013, em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) verificou-se que a imagem captada pela associação em pesquisa similar, que havia

indicado uma imagem negativa do “agronegócio” e provocado a criação do programa dirigido às escolas públicas, havia sido alterada.

Os alunos são incentivados a participar do programa por intermédio da visita às empresas associadas à ABAG e através de concursos de frases e desenhos, cujo tema é o próprio “agronegócio”. Em 2011, as frases vencedoras foram: Agronegócio: uma palavra, milhões de emprego; Agronegócio: cultivando reserva de vida para o futuro!; Agronegócio: é o combustível que faz o mundo funcionar; Apague com a borracha de látex toda a ideia que você tinha do agronegócio. Escreva em um papel de celulose as palavras progresso e sustentabilidade; Agronegócio: simples pra quem vê, essencial para quem vive. (ABARAPA, 2011, p. 08)

O resultado do concurso de frases permite identificar como os valores promovidos pela ABAG foram assimilados pelos alunos. A nova imagem do “agronegócio” brasileiro, promovida pelo programa, através da apostila, das visitas às empresas associadas à ABAG e pela política de premiação fica expressa nas frases vencedoras. É evidente que o programa não atinge cem por cento daqueles que são formados por ele, educadores e alunos, mas as frases vencedoras mostram que entre os 100 mil alunos que passaram por ele, muito foram “educados” pelo “agronegócio”.

### **A escola pública e os novos intelectuais orgânicos da ABAG**

As parcerias público-privadas na educação brasileira e, sobretudo, a entrada de empresas nas escolas públicas ganharam grande impulso nos anos 2000, quando se verificou um processo de difusão de campanhas de Responsabilidade Social Empresarial. Neste mesmo contexto, em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução nº 57/254, que estabeleceu a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (DEDS) (2005-2014), em que os empresários foram convocados a participar da construção de um “mundo sustentável”. Em seu site oficial, a UNESCO define que após vivermos séculos sem nos preocupar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que apreender, agora, a viver de forma sustentável. (UNESCO, 2005) Entre os sujeitos a serem mobilizados para a tarefa de “educar” e “conscientizar”, palavras sempre muito próximas no documento da DEDS, estão os empresários.

A divulgação de programas de desenvolvimento sustentável pelo mundo foi feita pelos empresários membros da Business Charter for Sustainable Development (BCSD), conselho de apoio à ONU, integrado por conselhos nacionais em cinquenta países. No Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) foi a principal organização a divulgar a ideia de desenvolvimento sustentável, através de suas empresas associadas, promoção de cursos e sua revista Brasil Sustentável. O CEBDS representa grandes grupos empresariais, que respondem por mais de 30% do PIB nacional e atuam nas mais variadas atividades – capital financeiro, energia, transporte, siderurgia, metalurgia, construção civil, bens de consumo em geral e

prestação de serviços. De acordo com Erling Lorentzen, presidente do CEBDS, no site do conselho: “Não é possível hoje pensar em sucesso se não houver preocupação com a sustentabilidade. É preciso haver uma sustentabilidade econômica e social também, para que as empresas se tornem competitivas mundialmente”. (CEBDS, 2011) A sustentabilidade social, do ponto de vista liberal difundido pelo CEBDS, seria possível através dos empresários, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável. As ações empresariais teriam neste sentido, nos termos de Bresser Pereira (1999), um caráter público, porém não estatal, na medida em que financiam um direito constitucional que assegura a educação ambiental em todos os níveis de ensino, através do Art. 225, parágrafo VI, do capítulo VI da Constituição Federal.

Na “Década da educação para o desenvolvimento sustentável” a parceria entre empresas, responsáveis socialmente, e escolas se tornou a fórmula para a melhoria da educação pública. O jornal O Estadão, no dia 14 de abril de 2010, divulgou o balanço das atividades da Associação Parceiros da Educação em uma matéria sob o título “Parceria com escolas melhora a nota das escolas públicas”. A meta da associação é ter, até 2015, quinhentas empresas associadas e parceiras de escolas. A sustentabilidade econômica seria garantida, na ótica liberal, com a diminuição da regulação capital-trabalho pelo Estado, com a consequente perda dos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores no padrão anterior de acumulação do capital. A sustentabilidade social seria possível através da responsabilidade dos empresários, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável. As ações empresariais teriam neste sentido um caráter público, porém não-estatal.

O Programa Educacional Agronegócio na Escola está inserido no projeto de hegemonia da ABAG. Por um lado, o partido do “agronegócio” organizou seu braço pedagógico, formando uma camada de intelectuais orgânicos responsável por organizar e dirigir a atuação do partido. Do outro lado, desde 2001, através do programa de Educação Ambiental dirigido às escolas públicas, a ABAG incorporou em seu projeto de hegemonia uma outra camada de intelectuais, associados ao sistema público de educação, que se tornam orgânicos à medida que passam a desempenhar papel fundamental na reprodução da classe dominante, difundindo junto aos jovens estudantes, oriundos da classe trabalhadora, alguns oriundos de assentamentos rurais, um ideário de apologia ao modelo agrário dominante.

O papel dos docentes no programa não se reduz a realizar uma simples mediação entre a ABAG e os alunos, conforme a aparência muitas vezes, ao longo da pesquisa, pareceu crer. No programa de televisão “Ação Cooperativa” que foi ao ar no canal Bandeirantes, no dia 23/06/2012, a coordenadora do programa, ao ser entrevistada, revelou uma compreensão sobre o papel dos professores e seus objetivos: os professores deveriam passar os conceitos e fundamentos do agronegócio que eles apreenderam para os alunos na sala de aula. Então, estes alunos ficam

motivados a conhecer, participar dos concursos, fazer frases, desenhos, participar dos concursos de redação.

Na fala da coordenadora do programa é possível identificar que a sua compreensão sobre o papel dos docentes se reduz a “passar”, como verdadeiros entregadores, aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do “agronegócio” na região. O resultado esperado pela coordenadora, como resultante do processo de ensino-aprendizagem, é insuficiente mesmo para as séries iniciais do Ensino Fundamental, quanto mais para as séries finais para qual o programa é dedicado. No entanto, por outro lado, educar os alunos para “fazer frases, desenhos e participar dos concursos” indica ser a principal forma de internalização entre os alunos da nova imagem promovida pelo “agronegócio” brasileiro, expressa nas frases vencedoras e premiadas pela ABAG. No entanto, o papel dos docentes no programa está longe de ser reduzido a mero repassador. Isto acarretaria na eliminação da força criativa do trabalho pedagógico realizado por estes profissionais no interior das escolas, além de ser um tipo de intervenção que estaria mais sujeita a resultar em formas de diversas de resistências.

Em entrevista com os docentes que participaram do programa da ABAG ficou explícito que a adesão ao programa ocorre de forma voluntária com base no convencimento de que a inserção da iniciativa privada nas escolas e a valorização do agronegócio a partir de seus trabalhos não são contraditórias à instituição pública. Em Monte Alto, a entrevista com a docente demonstrou algo que reapareceu nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. Os professores que participam do programa acreditam que a autonomia proporcionada pelo programa é suficiente:

**Professora:** “Então, eu me perguntei, assim, diversas vezes sobre o que eu penso disto. E aí eu cheguei na seguinte conclusão: no meu caso, eu acho que tudo depende da forma como você vai trabalhar. Ideologia tem em tudo. Não é só neste projeto. Eu trabalho com outros projetos e a gente nota que há uma ideologia neles também. Então, eu acredito que o jeito que a gente trabalha pode aguçar isto ou anular, não anular, mas diminuir esta relação. Em nenhum momento, pelo menos na minha fala, enquanto eu trabalhei no projeto, a gente ficou preocupada com estas questões. Eu procurava trabalhar as questões num viés histórico e, se possível, até sociológico da coisa, trabalhando com eles a partir de um ponto de vista tentando ver com eles a aplicação na vida deles, na realidade deles. Então, eu procurei não focar nestas questões, entendeu? Então, no meu caso. Eu acho que pode ter impacto, mas depende de como é trabalhado. Porque, assim, a gente, pelo menos os alunos em nenhum momento eu acho que isto foi, como que eu vou dizer? Isto foi colocado em questão desta forma, entendeu? Tanto que nem sei se os alunos sabem que tem a questão da iniciativa privada. Eu acho que isto ficou mais patente na visita, porque a gente foi em uma empresa, mas aí na empresa, mesmo as pessoas da empresa tiveram um pouco este cuidado de querer fazer eles entenderem mais a dinâmica do que eles estavam fazendo do que a empresa em si e outras coisas. Então, eu acredito depende da abordagem da pessoa. Porque eu acho que pode ser nocivo sim, mas depende do professor. Pode ser nocivo, mas depende da forma como você trabalha. Mas eu acho que pode ser positivo, não é? Pelo menos a mim não foi imposto nada. Eu peguei o material, que o material é pronto, mas eu não ficava naquilo. A gente tem liberdade pra fazer o que quiser, a partir do material. Eu acho que não me foi imposto nada. Eu pensei sobre isto, mas não eu

não vi como uma coisa que atrapalhasse. Eu tentei pegar o que era positivo para trabalhar com eles.” (LAMOSA, 2014, p. 261)

Em Dourado, a entrevista com a professora foi importante, pois apesar de negar que os docentes que participam do programa tornam-se funcionário da ABAG, reconhece que o trabalho pedagógico formulado a partir da escola produz uma repercussão positiva para a associação. Por outro lado, a fala da professora revela a expectativa que esta profissional tem em relação a oportunidade de melhorar seu trabalho. A busca pela qualidade educacional, no entanto, se coaduna com os interesses do programa:

“Professora: “Sinceramente, eu não me preocupo muito com a ABAG. De verdade, a ABAG pra mim foi a mola propulsora do projeto. Eu me preocupo com o projeto na minha cidade, com a repercussão que ele vai ter aqui. A repercussão que vai ter aqui é positiva. Então, óbvio que vai rebater lá na ABAG, mas de verdade se você me perguntar se eu penso nisso, eu não penso na ABAG. Eu não sou uma funcionária da ABAG, eu sou uma educadora e a ABAG me deu uma oportunidade de trabalhar num projeto. É assim que eu penso. Ela viabilizou, ela pra mim abriu uma porta, um caminho pra eu trabalhar o projeto que eu achei legal, por isso comprei a ideia e tô trabalhando.” (LAMOSA, 2014, p. 259)

O processo de convencimento dos professores realizado pela ABAG tem numa aparente e falsa autonomia docente um dispositivo fundamental. Através do programa, a entidade inicia o ano “capacitando” os professores das Redes de ensino conveniadas com palestras e visitas às empresas associadas, entrega material didático para alunos e profissionais inscritos, organiza concursos de frases, desenhos e redações, e no fim do ano letivo organiza uma culminância com premiações diversas, onde se destaca o “Prêmio Professor”.

O Prêmio Professor é mais uma ação do Programa Educacional Agronegócio na Escola que tem como objetivo mobilizar os professores e fazer uso dos projetos desenvolvidos por estes nos espaços escolares. Nem todas as escolas e professores envolvidos no programa se inscrevem no Prêmio Professor. Em 2012, foram dezesseis professores inscritos e, em 2013, este número aumentou para dezessete inscrições de propostas de projetos. Os professores inscritos devem lecionar nos 8º /9º anos do Ensino Fundamental nas escolas inscritas no programa. Segundo o regulamento, a proposta deverá ser entregue em nome de um único professor por escola e deverá ter o tema da edição. A proposta deverá detalhar como o tema será trabalhado com os conteúdos e destacar os conceitos que serão transmitidos aos alunos.

A avaliação dos docentes no Prêmio Professor ocorre em duas etapas. Na primeira etapa são avaliadas a participação do professor no período de formação continuada e o projeto elaborado. Na segunda parte, os seis melhores projetos que entregam o relatório final são selecionados e apresentados no encontro de encerramento. Cada projeto é apresentado por dez minutos e julgado por uma equipe. Os três primeiros são premiados com computadores. Segundo o regulamento do



Prêmio Professor, a entrega dos trabalhos, sejam eles redação, frases ou desenhos, significa a transferência dos direitos autorais que passam a ser propriedade da ABAG-RP:

. “A remessa dos trabalhos significará a aceitação plena das normas contidas no presente regulamento. Os trabalhos não serão desenvolvidos e poderão ser utilizados, na condição de cessão dos direitos autorais, para fins de produção editorial e replicação dentro do Programa Educacional Agronegócio na Escola.”  
(<http://www.abagrp.com.br/regulapremioprofessor.php>)

A avaliação é realizada a partir de critérios divididos em três partes: capacitação do professor, entrega do projeto final e a qualidade geral do projeto apresentado. A primeira parte, relativa a capacitação dos professores, equivale a trinta por cento da avaliação geral, dividida entre a presença na palestra e a presença na visita aos associados. A segunda parte é dividida em duas questões: os objetivos do prêmio professor foram atingidos? O projeto é criativo e contribui para a inovação no desenvolvimento do tema com os alunos? Já a terceira parte avalia a qualidade dos projetos em todas as suas etapas: introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão. Por fim nesta última parte avalia se os objetivos propostos pelo projeto foram atingidos.

Os critérios de avaliação do prêmio Professor dizem muito sobre as formas de assimilação dos docentes pelo programa. Para serem bem sucedidos no concurso, os docentes precisam participar de todas as etapas da capacitação e cumprir com os objetivos do Prêmio, lembrando que o primeiro, entre outros, é valorizar a imagem do agronegócio. As duas tarefas equivalem a cinquenta por cento de toda a avaliação, trinta por cento localizados na capacitação e vinte por cento na fidelidade aos objetivos da ABAG-RP. Os demais cinquenta por cento da avaliação, vinte por cento estão localizadas no aspecto “criatividade/inovação do tema agronegócio com os alunos” e os demais trinta por cento no próprio projeto.

Na edição 2012, o primeiro lugar do “Prêmio Professor” ficou com a professora da escola municipal de Descalvado-SP. Esta professora inscreveu o projeto “Educomunicação do agronegócio, empreendedorismo e sustentabilidade na escola” e ficou a menos de meio ponto de distância do segundo lugar que inscreveu o projeto “Feira do conhecimento em agronegócio sustentável”. No entanto, durante a apresentação os projetos alternaram de posição, uma vez que a professora responsável pelo projeto mais bem avaliado inicialmente estourou o tempo de dez minutos que cada profissional tinha direito para a exposição. Os demais projetos avaliados pela ABAG-RP estiveram dialogando com o tema “Agronegócio e Sustentabilidade”.

Na avaliação do professor de Ribeirão Preto, último colocado na premiação, a política de premiação desenvolvida pelo programa ajuda fortalecer a visão da ABAG junto as comunidades escolares. Isto acontece com alunos, mas também com os professores. No entanto, segundo o

professor, esta última informação deve ser relativizada, pois a participação dos docentes no prêmio na edição do ano passado foi bem reduzida. Em sua avaliação, este é um sinal de rejeição:

“Professor: “Eu acho que sai fortalecendo a visão da ABAG. Eles saem conhecendo a ABAG, a grandiosidade que ela tem, o futuro brilhante que ela traz pra sociedade, entre aspas. Acaba compartilhando a proposta que a ABAG tenta desenvolver. Tantos os estudantes quanto uma parcela dos professores que estão inseridos no processo também. Nem todos, porque você vê que a rejeição é grande também. Setenta e quatro escolas e apenas seis professores entregaram o projeto final”. (Lamosa, 2014, p. 223.)

A pesquisa que resultou na Tese “Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio” não conclui da mesma forma que o professor de Ribeirão Preto. Para além dele, que participou do “Prêmio Professor”, nenhum outro professor entrevistado demonstrou qualquer oposição ao programa. Os números do “Prêmio Professor”, segundo a pesquisa tem demonstrado, ter mais haver com algumas limitações próprias das condições atuais para o desenvolvimento de qualquer ação pedagógica no interior das escolas públicas, do que uma resistência silenciosa ao programa da ABAG.

## **Conclusão**

Este capítulo concluiu afirmando que a ABAG assumiu a tarefa histórica de “partido do agronegócio” no Brasil, articulando, tanto na sociedade civil a formação dos intelectuais orgânicos e a difusão da autoimagem associada a responsabilidade socioambiental, quanto na sociedade política com a inserção dos seus interesses particulares, apresentados como demandas de toda a sociedade. Neste caso, os nexos entre Estado, Classe Social e Educação mostram-se, ao longo da história da hegemonia do agronegócio no país, fundamentais para a elaboração e execução do projeto de poder que conformou o atual bloco histórico.

O papel exercido pelo “partido do agronegócio”, nos últimos vinte anos, foi possível a partir do amadurecimento da atuação política das frações do capital que assumiram um projeto de atuação unitária em torno do “agronegócio”, reunindo não apenas os setores historicamente vinculados à burguesia cafeeira e agroindustrial, mas toda uma gama de cooperativas, bancos, indústrias. Esta unidade foi fundamental para garantir a direção política da ABAG junto à pesquisa agropecuária no país, seja através da Embrapa ou do PENSA-USP, FGV-Agro ou UNESP.

A formação da ABAG materializou a unidade política entre as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras. A unidade política e a transformação da imagem do empresariado rural se materializaram na formação de uma organização de novo tipo. Através desta organização, a burguesia agroindustrial de São Paulo passou a organizar a formação de intelectuais que através do meio acadêmico, a produção de periódicos, artigos e livros, além difundir uma imagem de

agronegócio sustentável, através de projetos como aqueles produzidos pelos professores no Programa Educacional Agronegócio na Escola. Estas ações visaram ora formar os dirigentes e quadros intermediários dos associados da ABAG, ora difundir a nova imagem do “agronegócio” brasileiro.

A principal implicação do programa Agronegócio na Escola na assimilação dos professores, em processo que os torna intelectuais orgânicos de baixa patente da ABAG, é a perda do caráter público da produção do conhecimento nas instituições públicas de ensino. O grande número de professores que não conseguem participar do “Prêmio Professor” é consequência das próprias condições materiais em que operam o trabalho pedagógico nas escolas públicas. As Parafraseando Marx, os limites do capital é o próprio capital. As condições de precarização que produzem professores ansiosos por novos projetos, visitas externas, formação continuada, materiais didáticos e que favorecem a entrada da ABAG nas escolas públicas, são as mesmas que limitam a plena execução do objetivo em assimilar os docentes para a difusão da imagem do “agronegócio” responsável social e ambientalmente.

## **Bibliografia**

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres. Rio de Janeiro: Contexto, 2009.

Associação Brasileira do Agronegócio. 15 anos ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro. São Paulo: ABAG, 2008.

\_\_\_\_\_. Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness. São Paulo: ABAG, 1993.

\_\_\_\_\_. ABAG Informativo, de março de 2003 a dez. de 2011. \_\_\_\_\_.

Agribusiness Brasileiro: a história. São Paulo: Evoluir, 2002. \_\_\_\_\_. Site oficial <http://www.abag.com.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012. Boletim do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema do Agronegócio, de Jan. de 2006 a dez de 2011.

BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária-UFRRJ, 1997. FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Edunicamp, 2001. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. O Leitor de Gramsci. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. A Terceira Via e seus críticos. Tradução de Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. (ORG.). O debate global sobre a Terceira Via. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

KAPLAN, L., SERRÃO, M., LAMOSA, R. e LOUREIRO, C. F. B. Aproximações entre os discursos do Estado e do empresariado: os exemplos da sustentabilidade e da responsabilidade social. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). Gestão pública do ambiente e educação ambiental: interfaces e caminhos. São Carlos: RIMA, 2012.

LAMOSA, R. A. C. Educação Ambiental e a reorganização do padrão de sociabilidade do capital: um estudo de caso na rede municipal de Teresópolis. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGE/UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGE/UFRJ, 2014.

LAYRARGUES, P. P. e LIMA, G. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. Anais do VI Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental. Ribeirão Preto, 2011.

LEHER, R. Desafios para uma educação além do capital. In István Mészáros e os desafios do tempo histórico. Jinkings, Ivana; Nobile, Rodrigo (Org.). São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. (org.) Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, A. S.. A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

\_\_\_\_\_. Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799-- Int.pdf> Acesso em 05 de junho de 2010.

MENDONÇA, S. R. Ruralismo brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. O patronato rural no Brasil recente (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.

\_\_\_\_\_. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. Revista Outros Tempos, [www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br), ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 1-12

MULLER, G. O complexo agroindustrial brasileiro. São Paulo: FGV, 1981.

NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Revista Nacional do Cooperativismo, o informativo OCB, de jan. de 1990 a dez. de 2011.

PINTO, R. G. O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002). Dissertação de mestrado, defendida no Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Inter Thesis, Florianópolis, 2004.

ZYLBERSZTAN, D. Estudos de casos em agribusiness. Porto Alegre, RS: Ed. Ortiz, 1993.